

UTOPIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: ANOTAÇÕES PARA UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Almir Del Prette e Del Prette¹

RESUMO

No presente ensaio, critica-se o discurso sobre o fim dos movimentos sociais, veiculado pelas tendências econômicas neoliberalistas, utilizando-se como eixo condutor as noções de Utopia e de Ideologia, enquanto representações sociais. Analisando-se a dialética entre o individual e o social, mediada pelas representações sociais e os processos psicológicos e sociais envolvidos na gênese das ações coletivas, defende-se que o pensamento utópico, ao se opor ao ideológico, atua na formação e disseminação de fenômenos de agregados que podem converter-se em movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais, Utopia, Ideologia, Psicologia Social.

ABSTRACT

Adopting the notion of Utopia and Ideology as social representations useful for the analysis, the present essay criticizes the discourse about the end of the social movements, conveyed by the neoliberal economic tendencies. Examining the dialectics between the individual and the social, mediated by social representations as well as psychological and social processes found in the genesis of the collective actions, it is defended that the Utopian thought, while opposed to the ideological one, contributes to starting and spreading the aggregation phenomena, which can turn into social movements.

KEY WORDS: Social Movements, Utopia, Ideology, Social Psychology.

UTOPIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: ANOTAÇÕES PARA UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Após esparsas e vagas tentativas de negação do colapso do comunismo histórico, hoje todos reconhecem o seu fracasso nas experiências malsucedidas no Leste Europeu. NORBERTO BOBBIO (1992), no entanto, admite que o fracasso não é apenas dos regimes comunistas, mas também das revoluções inspiradas por essa ideologia. No dizer de Bobbio, é uma reversão completa daquilo que se constituiu na maior das utopias políticas de toda a história da humanidade.

Na mesma linha e igualmente evadida de justa melancolia, HOBBSBAWN (1992), em seu ensaio apropriadamente designado de "Adeus a tudo aquilo", afirma que a

¹ Professores e pesquisadores de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos.

era sobre a qual girava a história mundial (a revolução de outubro) terminou.

É interessante registrar que a experiência comunista não foi derrotada pelos seus inimigos externos: o militarismo do ocidente e a sedução do *american way of life*. A derrota nasceu do abuso na política ortodoxa do centralismo administrativo, que acabou reforçando uma miopia grosseira dos reais problemas em todos os setores da sociedade soviética, da suposição equivocada de se produzir uma homogeneidade cultural através do aniquilamento das identidades nacionais, étnicas e religiosas e da incapacidade do sistema na criação de um novo homem soviético. Todas estas questões estão permeadas pela suposição equivocada de que socialismo e liberdade não convergem.

Apesar do fim da experiência comunista na região designada de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e em outras partes do mundo, reconhecem Bobbio e Hobsbawm, que: a) o comunismo não está definitivamente morto; b) ainda há lugar no mundo para a experiência socialista e c) a defesa do fim da história não se justifica plenamente.

Nessa linha de pensamento é que pretendemos exercitar uma perspectiva crítica sobre o discurso atual que aponta para o fim dos movimentos sociais, nos países de economia forte, no Leste Europeu e nos países periféricos como o Brasil. Tal discurso desdobra-se na suposição de que a revolução liberal no pensamento econômico alcançou a “boa nova” tão desejada, com o individualismo sobrepondo-se ao coletivismo e que, portanto, o fenômeno de agregação com fins políticos deve, novamente, como na época de Le Bon, ser visto com desconfiança. A crítica a esse discurso passa, na nossa reflexão pelos tópicos: a) a relação entre utopia e ideologia, b) as representações sociais utópicas, c) a força da ação coletiva e d) a dialética entre o individual e o coletivo. Ao exercitar o que chamamos de perspectiva crítica, estamos assumindo possíveis vieses e equívocos de análise, mas tal risco poderia ser compensado com a geração de alguma discussão no campo da Psicologia Social, cujo trajeto, em nosso país, parece marcado por uma abulia permanente diante de tais questões, salvo exceções (CARDIA, 1994; CAMINO, 1996; LHOULLIERE, 1996; TASSARA, 1996).

1. UTOPIA VERSUS IDEOLOGIA

Do ponto de vista filológico, o termo utopia expressa “lugar nenhum”, a “terra inatingida”, o “país dos sonhos”. Mas o que não teve e nem nunca terá lugar pode também ser entendido como o que *ainda não* teve lugar. A ideologia e a utopia são duas dimensões em permanente oposição entre aquilo *que é* e o que pode *vir a ser*. Essas posições conflitantes não podem ser tomadas como apenas conflito de idéias meramente abstratas, mas, sim, como algo que se encontra na ordem das possibilidades, em especial se considerarmos que as estruturas sociais não apenas influenciam a formação mental dos indivíduos, mas são por estes influenciadas e possuem uma sobrevida esgotável em termos de sistemas políticos.

A utopia, como coloca MANNHEIM (1976), não se confunde com qualquer tipo

de fantasia alienante. Diferenciando esses dois processos ideativos, Mannheim situa na utopia um “efeito de transformação”, contrário ao da ideologia, que se caracteriza pelo sentido da conservação. Ideologia e utopia são formas distintas de um mesmo fenômeno: enquanto a primeira procura a manutenção da ordem já estabelecida, a segunda a nega e busca uma outra realidade ainda inexistente.

Em seus aspectos sociológico e psicológico, utopia e ideologia podem ser caracterizadas (DEL PRETTE, 1993) como tipos particulares de representação social. A particularidade dessa representação refere-se, de um lado, à distorção da realidade, que gera o conformismo e a busca de consenso na compreensão da vida social e, de outro, significa uma aspiração de novas realidades ainda não experienciadas, elaboradas ideativamente pela comparação e conflito entre sistemas. Assim, as experiências utópicas, imaginadas ou realizadas, podem ser estudadas através das representações coletivas daqueles que as almejam, que delas participam e que as elaboram.

Tanto a ideologia quanto a utopia influem sobre a vida humana, a organização social e a convivência entre indivíduos, especialmente quando ocorrem os fenômenos de agregados. Em certas ocasiões, o pensamento utópico exerce uma influência maior do que a ideologia, podendo inclusive a esta se opor. Trata-se, no primeiro momento, da convivência com a incerteza, que representa um exercício de tolerância com a não-resposta ao invés da busca apressada de qualquer resposta. A utopia é uma construção paciente, coletiva, que se processa através dos conteúdos mítico e político das representações, sobre os quais trataremos adiante.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E UTOPIAS

O conceito de representação social tem sua origem na Sociologia, onde foi abandonado tornando-se, por algum tempo, praticamente relegado a segundo plano. Esse conceito ganhou uma nova revitalização no âmbito de diversas disciplinas (inclusive a Sociologia), pela sua retomada na Psicologia Social através dos estudos de MOSCOVICI (1961).

O interesse crescente pelas representações sociais parece corresponder à potencialidade que o conceito oferece como um recurso de análise da subjetividade nas Ciências Sociais. Em que pesem as restrições feitas à possibilidade de uma teoria das representações sociais², o seu valor como categoria analítica é completamente reconhecido na ligação entre o pensamento e a ação e entre o individual e o coletivo (SPINK, 1991). Para JODELET (1986, p. 474), a representação social “designa uma forma de conhecimento específico, o saber de sentido comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente caracterizados”. Em um sentido mais geral, a representação significa uma forma ou tipo de pensamento social.

O conceito de representação social se converteu, após a divulgação dos traba-

²Para uma noção clara de algumas críticas correntes às representações sociais enquanto conceito e teoria ver POTTER E LITTON (1985), HARRÉ (1984), JAHODA (1988). Ver também PEREIRA DE SÁ (1993).

Ihos pioneiros de MOSCOVICI (1961; 1984)³, em um ponto de partida para uma linha de pesquisa sobre vários conteúdos representacionais, em diferentes países e em diversas disciplinas, com tipos de análise diferenciados. Observa-se, em nosso país, um número crescente de pesquisas e publicações sobre a temática das representações sociais (GUARESCHI, 1995; SOUZA, 1996; SPINK, 1995; VALA, 1993).

As representações sociais podem ser veiculadas de variadas maneiras, incluindo, conforme FARR (1986), a conversação cotidiana e os meios de comunicação. Os registros escritos, a literatura, a fala dos personagens nos romances constituem, igualmente, material onde as representações fluem, podendo ser captadas e analisadas.

No caso das utopias, representadas de forma oral ou escrita, pode-se considerar de especial interesse os seus conteúdos mítico e político. Tais conteúdos podem ser desdobrados em classes, cujas variações ligam-se de maneira candente às transformações na vida das pessoas, tanto em seu aspecto individual quanto coletivo. A pluralidade das representações (sobre o bem e o mal, a justiça, a propriedade, as relações interpessoais e intergrupais, a vida, a divindade, as penalidades, o patrimônio público e a educação) facilita o conflito social e transforma as relações de poder experienciadas no cotidiano entre pessoas, grupos e classes sociais. Tais representações aparecem, nas utopias, sob a forma de ensaios, relatos de viagens ou romances futuristas. Embora a lista seja extensa, alguns nomes de utopistas mais conhecidos⁴ podem ser lembrados: Platão, Thomas Morus, H.G. Wells, Ernest Bloch, Edward Bellamy, entre outros.

Mas a elaboração utópica, criando novas maneiras de organização coletiva não pertence exclusivamente ao mundo dos filósofos e sonhadores. Também nas ciências em geral, e em particular na Psicologia, alguns de seus principais representantes têm, de uma forma ou de outra, projetado seus pensamentos utópicos. Darwin pretendia que a seleção natural atuasse para o bem geral na busca de uma perfeição; Konrad Lorenz segue-lhe os passos; Freud aspirava por uma sociedade não repressiva; e Skinner defendia a capacidade do homem em determinar o curso de sua própria evolução, regulando os cromossomos, através de uniões seletivas. Aliás, Skinner, escreveu uma novela, "Walden Two", na qual, ficticiamente, pretende demonstrar a aplicação do behaviorismo na construção de uma sociedade perfeita⁵.

³Parte da pesquisa de Moscovici foi traduzida no Brasil em 1978, sob o título "A representação social da Psicanálise", pela Editora Zahar.

⁴Propositalmente não citamos nomes conhecidos como Samuel Butler (Erewhon), Aldous Huxley (O Admirável Mundo Novo) e George Orwell (A revolução dos bichos e 1984), que são considerados como anti-utopistas, uma vez que as suas obras enfocam processos de governo que contrariam a liberdade e a solidariedade defendidas nas utopias.

⁵Menos por esse livro, e mais pelas idéias expostas em outras obras, o pensamento de Skinner alcançou ressonância, gerando polêmica. Algumas das principais críticas favoráveis e contrárias ao pensamento de Skinner apareceram no livro "Beyond the punitive society" (1973), publicado pelo Center for Study of Democracy. Neste livro, Skinner respondeu aos seus críticos ("Answers for my critics", cap. 9). O leitor poderá encontrar outras respostas elaboradas por Skinner em "Reflections on behaviorism and society" (1978), onde apresenta e discute suas idéias a respeito da democracia, humanismo, liberdade e o futuro da humanidade.

Nas principais utopias, sem exceção, o desenvolvimento dos sistemas sociais difere essencialmente das experiências presentes na ocasião em que foram elaboradas, demonstrando a sua oposição à ideologia. Observa-se, quase sempre, uma explicitada tentativa de justiça social nas descrições da abundância do leite e mel para todos. Esforça-se em tornar a propriedade comum, busca-se uma distribuição eqüitativa das tarefas coletivas e, em geral, o cuidado e a educação das crianças são de responsabilidade da comunidade, ensaiando-se uma nova visão da paternidade. Não obstante a ênfase no comunitarismo, as utopias têm tomado o comportamento coletivo apenas como ponto de partida no processo de mudança. No mais, o coletivo aparece como força de manutenção do sistema, principalmente nos rituais religiosos, no lazer e no trabalho. A idéia de atingir a sociedade perfeita pode gerar a sua defesa, até mesmo através de recursos e formas contrários aos pressupostos que nortearam a sua formação (TASSARA, 1997). A racional utópica passa pela negação do conflito intergrupual e social, presumindo que uma sociedade igualitária conduz, inexoravelmente, a uma homogeneidade de seus indivíduos, que desenvolvem uma identidade coletiva única. Tal suposição nega a possibilidade de emergência de identidades específicas como, por exemplo, a de etnia. No entanto, estas identidades apenas aparentemente desaparecem, vindo a entrecruzarem-se e, por diferentes circunstâncias, sobrepõem-se à identidade coletiva geral.

A globalização da economia tem produzido um impacto formidável, não apenas nas relações econômicas, mas, também, nas atividades e relações cotidianas. Em muitas partes do mundo, observa-se a geração de riquezas e, em outras, o enorme aprofundamento da distância entre os mais pobres e os mais ricos (SANTOS, 1996), verificando-se a formação e um aumento de bolsões de miséria. O sofrimento de grandes coletividades com a injustiça e a iniquidade pressiona-as à busca de soluções para os seus problemas de vida. Tais soluções, *grosso modo*, refletem-se em processos adaptativos e de mudança. As mudanças significativas, enquanto aspirações, necessitam de um eixo condutor (pensamento e ação) que tem a sua construção na idealização utópica. A visão utópica pode, então, funcionar na elaboração de um tecido social que une pessoas e grupos dando-lhes alguns nexos comuns que se estendem no tempo e no espaço. Aqui, tanto a perspectiva psicológica como a sociológica, tomadas isoladamente em seus paradigmas atuais, são reducionistas e têm dificuldade de formular análises que gerem explicações heurísticas. A capacidade do indivíduo para agir no mundo e transformá-lo se processa através de uma articulação entre o pensamento e a ação. Em outras palavras, através dos processos cognitivos superiores (incluindo-se evidentemente a linguagem), o homem projeta mundos novos e procura pela ação alcançá-los. Agir e pensar são processos dialéticos que transformam o homem e a sociedade.

Mas a história das grandes mudanças nas estruturas sociais mostra, inequivocamente, que, a despeito de, na maioria das vezes, a História apresentar uma visão fragmentada do homem e enfatizar a sua aparente vocação para iludir-se, as principais experiências utópicas foram capazes de induzir ensaios na criação de atraen-

tes realidades sociais, ainda que as tentativas de colocá-las em prática não tenham sido bem sucedidas seja pela distorção dos valores utópicos na cotidianidade seja pela criação de grupos de poder, cuja ação nega aqueles valores.

3. O COMPORTAMENTO COLETIVO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Comportamento coletivo é um termo genérico, utilizado por autores de épocas e abordagens diferentes⁶, designativo de uma ampla variedade de manifestações coletivas tais como pânicos, greves, revoluções, quebra-quebras, invasões, linchamentos, passeatas etc. Movimentos Sociais são um tipo particular de comportamento coletivo, uma espécie, conforme assinalam MILGRAN e TOCH (1969), de subclasse de uma classe mais ampla. Tanto uma quanto outra se definem como fenômenos de agregação, observando-se, no entanto, na segunda, uma meta de mudança nas situações concretas daqueles que dela tomam parte. Essa distinção pode ser encontrada na maioria dos estudiosos (ver BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1986), mas uma outra distinção deve ser tentada. É a que considera os movimentos sociais como fenômeno de grupo⁷, na qual certas ações coletivas se converteriam em novas identidades sociais.

TOCH (1966, p. 7), um dos pioneiros da Psicologia contemporânea no estudo das ações coletivas, em uma visão não negativista, vê os movimentos sociais como "...um esforço despendido por um grande número de pessoas para a solução de um problema". Mas é na definição proposta por TAJFEL (1978, p.46) que se observa a transição para a noção de grupo. Referindo-se às relações intergrupais e tomando como base o conceito de Toch, este autor afirma que movimentos sociais "são esforços empreendidos por um grande número de pessoas que se definem e são freqüentemente definidas como um grupo, para resolver coletivamente problemas que sentem ter em comum, percebidos como decorrentes de suas relações com outros grupos". Neste caso, o conceito alcança uma fusão do social (situações que ocasionam problemas) com o psicológico (processos perceptuais da vida social) que estão na base das ações coletivas. Em outro texto, TAJFEL (1984, p.72) enfatiza que "em algumas circunstâncias muitas pessoas agem e sentem da mesma maneira em relação a um evento ou sobre outras pessoas". Podemos dizer que situações que afetam um grande número de pessoas produzem sentimentos, percepções e julgamentos razoavelmente semelhantes, os quais podem gerar ações coletivas⁸. Tais reações entram em processo de difusão rapidamente, uma vez que passam a integrar seletivamente a conversação entre as pessoas que as vivenciam. Nesse caso, certas representações, ao serem reificadas pela coletividade, podem alcançar alguma distensão no tempo.

⁶Entre outros autores podem ser citados, BLUMER (1951), BROWN (1954), COUCH (1975), CANDO (1977), TAJFEL (1978), REICHER (1984), MOSCOVICI (1984), MELUCCI (1985), LE-BON (1986)

⁷Essa noção foi utilizada em dois estudos (DEL PRETTE, 1990a; 1990b), onde verificou-se não apenas a formação de subgrupos no interior do movimento mas, também uma pré e pós existência destes em relação ao processo coletivo

⁸Ver, por exemplo, DEL PRETTE (1979; 1990c; 1993, 1995) .

Do ponto de vista tipológico, TAJFEL (1978) faz algumas distinções dos movimentos sociais em relação a outras ações coletivas, em termos de: a) prolongamento no tempo; b) heterogeneidade na composição e c) sistemas de crenças. Sem dúvida, os movimentos sociais são processos mais demorados, podem integrar indivíduos de diferentes categorias sociais e seus atores compartilham crenças. Duas outras características, apontadas por outros pesquisadores⁹, devem ser mencionadas: a solidariedade e o conflito com o sistema. A produção de conflito com o sistema como um todo, ou com partes deste, parece ser condição natural onde se processa esse tipo de ação coletiva, porém a solidariedade pode ser vista como uma decorrência do reconhecimento que as pessoas têm de participarem e até de serem reconhecidas como integrantes de um grupo. Dito de outra forma, o processo perceptual de autocategorização está na base da agregação e os participantes podem ajudar uns aos outros, porque se percebem como pertencentes ao mesmo grupo e possuidores de um destino comum.

Além de buscarem os conflitos com o sistema, os integrantes com maiores responsabilidades esforçam-se, igualmente, na persuasão de seus membros em direção a uma coesão interna, na medida em que estes são oriundos de “campos sociais” diferenciados. Assim, tomar um movimento em uma visão homogeneizante, dotado de uma vontade coletiva ímpar, implica em ignorar que, quase sempre, a homogeneidade e a vontade coletiva são metas e resultados desejáveis mais do que pontos de partida. Pode-se afirmar, portanto, que nos movimentos sociais, um conjunto de identidades se sobrepõem, se entrecruzam e não raro se chocam (DEL PRETTE, 1990a, 1990b, 1991a). O fortalecimento dessas identidades pode contribuir para as ações competitivas e produzir uma rigidez nas fronteiras entre os subgrupos, diminuindo, conseqüentemente, as interações requeridas para a unidade do processo coletivo. Participar tem um sentido de fazer parte, de estar *com* e *a favor de* uma idéia, um corpo de idéias, princípios, valores e, principalmente, outras pessoas. No ato de participar, estar presente, configura-se uma negação/afirmação da individualidade. Há uma afirmação da in(dividualidade) no processo de estar com os outros, inter-relacionar-se sem perda de suas próprias características. Mas, também, a consciência individual pode ser sobreposta à consciência coletiva, quando então a objetivação passa a ser maior, indo do campo do indivíduo para o campo do social. É o que será abordado em seguida.

4. A ESFERA DO INDIVIDUAL E DO SOCIAL

Por mais que queiram e reclamem os arautos de um individualismo exacerbado, a historicidade do coletivo ultrapassa a do indivíduo. O fim das utopias socialistas não autoriza que se apague da memória da humanidade o que de correto, incorreto, bom e mau foi obtido nessas experiências. A história das grandes mudanças confunde-se com a própria história dos processos coletivos. O fascínio que se tem pela

⁹Ver, entre outros, EVERS (1984), MELUCCI (1984), DOIMO (1986) e SCHERER-WARREN (1987).

figura do líder, do herói, do santo, que tudo podem, tudo transformam, representa uma vertente nas Ciências Sociais, para a qual contribuiu marcadamente a Psicologia. Nesse exercício, menoscaba-se (deliberadamente ou não), ao longo da narrativa histórica, a força do imaginário popular¹⁰ e a contribuição dos que atuam fora do cenário principal, na formação e divulgação de idéias e principalmente, nas tarefas de organizadores das massas. É interessante registrar que durante a ocupação e derrubada coletiva do Muro de Berlim, a mídia fez diversas tentativas na busca de individualidades políticas conhecidas ou que pudessem ser fabricadas como heróis condutores desse acontecimento histórico. Tratava-se de pessoas anônimas que após o evento continuaram desconhecidas.

A queda do Muro de Berlim, a derrocada do comunismo no Leste Europeu, o extraordinário crescimento de algumas economias na Ásia são alguns exemplos usados para louvar a supremacia do capitalismo e glorificar a economia de mercado. Somente há pouco tempo, com a crise de alguns países da Ásia e a Rússia, começa-se a questionar, nos quadros políticos partidários, a função do capital volátil. Enquanto isso, seguem as lideranças mundiais fiéis a um *script* rigoroso, como se desenvolvido por *Deus ex machina*. Em algumas sociedades, vive-se a constante maximização do consumismo, supondo-se, paradoxalmente, a economia como alguma coisa com vida própria, cujo movimento independeria do concurso humano. Mas, na realidade, a economia é resultante da relação dialética entre os processos interativos de centenas de milhares de comportamentos individuais e coletivos.

Da mesma forma que subjetividade e objetividade se encontram intimamente associadas, considerando-se que uma não tem existência sem a outra, o coletivo e o individual não podem existir separadamente. Dizer que o coletivo não se reduz ao individual e, portanto, não representa um somatório dos indivíduos que o compõem, implica em reconhecer uma relação mais do que uma mera conexão. As questões ligadas ao indivíduo e à sociedade pressupõem, segundo JURBERG (1998), uma multidiversidade de disciplinas para a apreensão da totalidade dos fenômenos que lhes são inerentes. Por princípio, pode-se apontar para uma contradição entre o ser singular e o genérico, onde a negação de um corresponde à afirmação de outro. A realidade social não é (BERGER & LUCKMANN, 1983) algo fora do indivíduo à espera de sua compreensão. Mais do que a água onde se movimentam nadadores em uma competição, a realidade social é construção dos próprios indivíduos, que se utilizam de elementos dotados pelo contexto social em que funcionam, o qual tem como propriedade inerente ao seu dinamismo, a historicidade, reconhecível perceptualmente pelos indivíduos que reciprocamente se influenciam no registro de

¹⁰Um fato marcante na realidade brasileira é o da epopéia da comunidade fundada por Antônio Conselheiro. Muito embora, ao longo de sua narrativa, à população de Canudos seja reservada o papel de fiel seguidora da vontade de Conselheiro, na parte introdutória de seu livro, Euclides da Cunha exemplifica de forma notável a influência do imaginário popular na constante criação das próprias lideranças: "A multidão poupava-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo (...). Remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe desmesuradamente, a vida... Precisava de alguém que lhe traduzisse a idealização indefinida e a guiasse nas trilhas misteriosas do céu..." (CUNHA, 1991, p. 110)

certos eventos e na omissão de outros.

A representação idealizada da sociedade é um processo mental, que tanto estabelece uma configuração com elementos socialmente dados quanto uma recriação desses elementos pelos indivíduos que os reatualizam através dos contatos sociais. As preferências e identificações formam redes e grupos de comunicações. Nesse contato, pelo reconhecimento do outro, certas diferenciações são realçadas e propiciam o reconhecimento de si mesmo, tendo como resultante a noção de individualidade e de indivisibilidade. O EU e o OUTRO podem, porém, por categorização externa e interna se identificarem em várias dimensões (culturais, sociais, físicas, linguísticas, etc) e, nos processos de comparação e diferenciação, transformarem-se em conjuntos expressos em termos de NÓS e ELES, como entidades socialmente distintas.

Todo contexto ideativo se apresenta, portanto, em uma interdependência com as estruturas sociais. Essa relação se processa pelas representações, que expressam as estruturas psíquicas individuais (subjetivas), ligando-as às estruturas sociais (coletivas). Tais estruturas passam a ser sociais quando o que se representa é compartilhado entre vários indivíduos ou grupos. Nesse sentido, o fim da história pode não existir. Entretanto, talvez se deva perguntar (DERRIDA, 1994, p. 94), “se o fim da história não é somente o fim de um certo conceito de história”. Há um sentido ideologizante (cf. a noção de ALTHUSSER, 1980) nas representações sobre uma determinada utopia, tanto pró como contra, ou na suposição que não há mais história e o que resta são sociedades consumistas, ou que pretendem assim se transformar. Por exemplo, muitas das críticas às experiências utópicas não realizadas no Leste Europeu são procedentes, enquanto outras são evadidas de um conteúdo ideologizante que conduz a uma atitude negativista e à crença ingênua de que, na forma como se encontra, esta é a melhor das sociedades e representa a “boa nova” desejada, concretizada com o advento do liberalismo econômico, não sendo desejáveis mudanças em seu conteúdo filosófico de maximização do individualismo e das “regras” do mercado. A disseminação dessas representações distorcidas de uma realidade experienciada pode levar aos mesmos (ou semelhantes) problemas verificados nas “ex-sociedades socialistas”.

Parece-nos que regras elementares de análise são, hoje, facilmente esquecidas. Esquece-se que não há presente sem passado, como não há passado sem história, e que esta não pode ser compreendida como um rol ou vitrina de acontecimentos ou produções materiais e culturais. E, ao mesmo tempo, obsta uma visão crítica dos reais problemas a serem enfrentados na atualidade, como o da poluição da terra e do espaço, o do destino do lixo contaminado, as novas doenças viróticas, o aumento crescente da pobreza, mesmo nas economias fortes, o esgotamento das reservas energéticas naturais etc., inculcando-se um novo panglossianismo, diante da *intelligentsia* conivente ou apática, supondo na academia “que o progresso científico alcança, quase automaticamente, uma verdade final e incontestável” (MENANDRO, 1996, p. 112).

Ainda que se queira, não pode ser esquecido que o capitalismo tem, como essência, o crescimento sem limites. A noção de desenvolvimento sustentável se opõe a tal dogma, tendo portanto, pouca chance de se difundir e se tornar paradigmático. O mercado pode ser e deve continuar sendo um excelente modelo no setor da economia, funcionando na maximização de sua eficiência, porém, não opera como produtor de relações humanas positivas e nem como gerador de valores que induzam à busca da humanização crescente de indivíduos e grupos. Não obstante esse quadro, resistências ao processo de despersonalização aparecem em diferentes partes do mundo. Se, agora, os movimentos sociais da década de 70, aparentemente se esvaziaram, novas iniciativas, como por exemplo as ONGs (organizações não governamentais), buscam preencher o espaço deixado como exemplos dessa resistência. Pode-se ter a esperança de que, na insatisfação explícita com um estilo de sistema social, onde o valor vida é esvaziado, novas representações utópicas apareçam, resgatando, em parte, o que de correto e bom as antigas utopias foram capazes de realizar, possibilitando novas identidades coletivas e novos movimentos sociais. Isso principalmente se é verdadeiro o fato, conforme HABERMAS E MICHNIK (1995, p. 394), que “estamos mais pobres apenas de ilusões e ricos em humildade”, pois a esperança de um mundo melhor para todos depende da humildade no reconhecimento dos vários equívocos cometidos ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. (1983). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BLUMER, H. (1946). Collective behaviour. Em A. M. LEE (Org.), *New outline of the principles of Sociology*. New York: Barmes and Nobles.
- BLUMER, H. (1951). *Collective behavior, in new outline of the principles of sociology*. New York: Barnes and Nobles.
- BOBBIO, N (1992). O reverso da utopia. Em: R. Blackburn (Org.), *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- BROWN, R. (1954). Mass phenomena. Em: G. LINDZEY (Ed.), *Handbook of Soci-*

al Psychology. New York: Addison-Wesley (vol.III).

- CAMINO, L. (1996). A socialização política: Uma análise em termos de participação social. Em: L. CAMINO e P. R. MENANDRO (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia ANPEPP.
- CARDIA, N. (1994). Percepção dos direitos humanos: A ausência de cidadania e exclusão social. Em: M. J. SPINK (Org.), *A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- COWCH, C. J. (1975). Collective behavior: an examination of some stereotypes. Em R.R. EVANS (Ed.), *Reading in collective behavior*. Chicago: Rand Mc Nalley College Publishing Co.
- CUNHA, E. (1991). *Os sertões, campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora (35ª ed. original de 1905)
- DEL PRETTE, A. (1989). A pesquisa em movimentos sociais: Reflexões sobre uma experiência. *Psicologia e Sociedade*, 6, 101-107.
- DEL PRETTE, A. (1990a). Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1, 36-39.
- DEL PRETTE, A. (1990b). *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social: O Movimento de Luta Contra o Desemprego*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DEL PRETTE, A. (1990c). Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais. *Ciência e Cultura*, 42(12), 1050-1066.
- DEL PRETTE, A. (1991). Do estudo de grupos ao estudo dos movimentos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 7(3), 247-253.
- DEL PRETTE, A. & Franca, D. F. (1991). Aspectos psicológicos e sociais das invasões urbanas. *ANAIS da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação*. Águas de São Pedro, 190-193.
- DEL PRETTE, A. (1993a). As utopias e os movimentos sociais. *O Correio*, p.25.
- DEL PRETTE, A. (1993b). O comportamento coletivo como fenômeno psicológico-

social. *Psicologia: Argumento*, 1(12), 11-24.

DEL PRETTE, A. (1994). A Psicologia Social e a análise do fato social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7, 1/2, 133-140.

DEL PRETTE, A. (1995). Teoria das minorias ativas: Pressupostos, conceitos e desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(2), 145-153.

DERRIDA, J. (1994). *Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DOIMO, A. M. (1986). Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. Em: P. Krishke e S. Mainwaring (Orgs.), *A igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L & PM/CEDEC.

EVERS, T. (1984). Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*, 2(4), 11-23.

FARR, R. (1986). Las representaciones sociales. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología Social*. Buenos Aires: Paidós.

GUARESCHI, P. (1995). "Sem dinheiro não há salvação": Ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. Em: P. GUARESCHI e S. JOVCHELOVITCH (Orgs.), *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

HABERMAS, J. & MICHNIK, A. (1995). Superando o passado. Em: E. SADER (Org.), *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HARRÉ, R. (1984). Some reflections on the concept of social representations. *Social Research*, 51(4), 927-938.

HOBBSAWM, E. (1992). Adeus a tudo aquilo. Em: R. BLACKBURM (Org.), *Depois da queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra.

JAHODA, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.

JODELET, D. (1985). La representacion sociale: fenomenos, concepto y teoria. Em S. MOSCOVICI (Org.), *Psicología Social*. Buenos Aires: Paidós.

- JURBERG, M. B. (1998). Individualismo e coletivismo na sociedade contemporânea. Texto apresentado no Grupo de Trabalho "Questões metodológicas na pesquisa social", no VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), realizado em maio de 1998, em Gramado (RS).
- LE BON, G (1986). *Psicología de las masas*. Madri: Ediciones Morata, S.A. (2^a.ed. original de 1897).
- LHULLIERE, L. (1996). Socialização política na Universidade: Participação, autoritarismo e democracia. Em: L. CAMINO E P. R. MENANDRO (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia ANPEPP.
- MANNHEIM, K. (1976). *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- MELUCCI, A. (1984). An end to social movements: introductory paper to the sessions on "news movements and change in organizational forms". *Social Science Information - Sur les Sciences Sociales*. 23(4/5), 819-835.
- MENANDRO, P. R. (1996). Intolerância metodológica na pesquisa social. Em: L. CAMINO E P. R. MENANDRO (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia ANPEPP.
- MILGRAN, S. & TOCH, H. (1969). Collective behavior: crowds and social movements. Em: G. LINDZEY e E. ARONSON (Eds.), *Handbook of Social Psychology*. Cambridge: Addison-Wesley Publishing (vol.4).
- MOSCOVICI, S. (1961). *La psychanalyse - son image et son public*. Paris: Presses Universitaire de France.
- MOSCOVICI, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. São Paulo: Zahar.
- MOSCOVICI, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em: R. FARR e S. MOSCOVICI (Eds.), *Social Representations*. London: Cambridge University Press.
- MOSCOVICI, S. (1985). *La era de las multitudes: Un tratado histórico de psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura Económica.

- PEREIRA DE SÁ, C. (1993). Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em M. J. SPINK (Org.), *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.
- POTTER, J. & LITTON, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- REICHER, S. D. (1984). The St. Pauls' Riot: an explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*, 14, 1-21.
- SANTOS, B. S. (1996). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SCHERER-WARREN, I (1987). O caráter dos novos movimentos sociais, Em: I. SCHERER-WARREN e P. J. KRISCHKE (Orgs.), *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- SKINNER, B. F. (1973). Answer for my critics. Em: H. WHEELER (Ed.), *Beyond the punitive society*. San Francisco: W.H.Freeman and Company.
- SKINNER, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.
- SOUZA, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva psicossocial: Identidade social e representação de justiça. Em: L. CAMINO e P. R. MENANDRO (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia (ANPEPP).
- SPINK, M. J. (1995). Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das representações sociais. Em: P. GUARESCHI e S. JOVCHELOVITCH (Orgs.), *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- SPINK, M. J. P. (1991). Representações sociais: uma perspectiva interdisciplinar. VI Encontro de Psicologia Social, ABRAPSO, Rio de Janeiro (Mimeo).
- TAJFEL, H. (1978). *Differentiation between social groups*. New York: Academic Press.
- TAJFEL, H. (1981). *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press.

- TAJFEL, H. (1984). Intergroup relations, social myths and social justice in Social Psychology. Em: H. Tajfel (Ed.), *The social dimension*. New York: Cambridge University Press.
- TASSARA, E. T. de O. (1996). Globalização, paradigmas e utopias: Questões de método na pesquisa social. Em: L. CAMINO e P. R. MENANDRO (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da Psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Psicologia ANPEPP.
- TASSARA, E. T. de O. (1997). Utopia e anti-utopia: O ressuscitar da história. Texto apresentado no Grupo de Trabalho "Questões metodológicas na pesquisa social", no VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), realizado em maio de 1998, em Gramado (RS).
- TOCH, H. (1966). *The social psychology of social movements*. London: Methuen and Co. Ltd.
- VALA, J. (1993). Representações sociais para uma psicologia social do pensamento social. Em: J. VALA e M. B. MONTEIRO (Coords.), *Psicologia social*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- WHEELER, H. (1973). *Beyond the punitive society - operant conditioning: Social and political aspects*. San Francisco: W. H. Freeman and Co.